

SIGNIFICAÇÃO E ALCANCE DE MERCOSUL

HÉLIO JAGUARIBE

SUMARIO: I. Êxito do Tratado de Assunção. Duplo êxito de Mercosul.; II. A problemática contemporânea. Globalização. Discurso e prática ; III. Significação e requisitos. Exportações. Tecnologia. Espaço auto-regulatório. Status internacional. Requisitos de êxito.

I. ÊXITO DO TRATADO DE ASSUNÇÃO

Duplo êxito de Mercosul

O Mercado Comum do Sul -MERCOSUL-, constituído pelo tratado de Assunção, de 1991, firmado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai registra, no curto prazo de cinco anos depois de sua assinatura, dois êxitos, de extrema importância, de caráter respectivamente institucional e comercial.

O êxito institucional consiste na culminação de um processo de integração subregional que, no curso dos últimos trinta anos, converteu um forte antagonismo argentino-brasileiro em uma estreita cooperação econômico-política. Ambos os países herdaram de seu passado colonial as rivalidades e conflitos que opuseram o Império Português ao Império Espanhol. O Império Português aspirava estender-se até a margem esquerda do Rio da Prata, abrangendo a então denominada Província Cisplatina. Essa pretensão era inaceitável pelos espanhóis, notadamente pela população hispânica de há muito estabelecida ao longo de ambas as margens daquele rio. Do longo conflito em torno dessa área surgiria, depois da independência brasileira, a formação, com intervenção britânica, de um terceiro país, o Uruguai.

A segunda etapa do antagonismo argentino-brasileiro se estende, com maior ou menor visibilidade, no curso do século XIX e princípios do XX, ambos os países sustentando, retoricamente, a pretensão a uma hegemonia regional que, de fato, nenhum deles tinha condições reais para efetivar. E ambos os países, decorrentemente,

vendo no outro o inimigo potencial de uma possível guerra.

A última etapa desse processo antagônico está vinculada às vicissitudes iniciais do projeto da hidroelétrica de Itaipú. A partir de um acordo do Brasil com o Paraguai, pela Ata de Iguazú de 1966, firmou-se a deliberação da construção de uma grande hidroelétrica binacional para o aproveitamento das águas do Paraná. Esse projeto, adotado sem prévia consulta à Argentina, pereceu a esta criar-lhe restrições inaceitáveis, à jusante do rio, reduzindo-lhe o volume e, sobretudo, o nível de água, com prejuízo para a navegação e a desejada utilização hidroelétrica de Corpus. Incia-se, então, uma forte pressão diplomática argentina para obstar ao projeto, ignorada pelo Brasil, que persiste em sua execução e constitui, em 1974 a Bi-Nacional de Itaipú. Dá-se, então, início à construção da hidroelétrica, que se constitui em fato consumado, com capacidade prevista para 12.600 Mw.

Depois de atingir um nível bastante exacerbado de antagonismo a controvérsia de Itaipú foi conduzida a um encaminhamento racional e equitativo, mediante ajustes que compatibilizaram a hidroelétrica de Itaipú com as necessidades argentinas, a jusante do Rio. O processo de acordo, iniciado com a Declaração de Iguazú de 30 de novembro de 1985 conduziu, um ano depois, à conversão do antagonismo em un regime de estreita cooperação, através da Ata de Integração Argentino-Brasileira, de 30 de julho de 1986. Um ano mais tarde essa Ata foi convertida, em termos ainda mais amplos, no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Argentino-Brasileiro, de 29 de novembro de 1988. Previu-se a completa integração da economia dos dois países no prazo de dez anos. Pela Ata de Buenos Aires, de 6 de julho de 1990, esse prazo foi audaciosamente reduzido para cinco anos, prevendo-se a entrada em vigor do mercado comum em 1º de janeiro de 1995. Paraguai e Uruguai aderindo ao projeto integrativo firmou-se, o Tratado de Assunção, criando MERCOSUL, um mercado comum integrando os quatro países. O novo regime, com pequenas ressalvas, entrou em vigor na data prevista.

A esse êxito institucional correspondeu um não menor êxito comercial. O intercâmbio comercial entre os parceiros de Mercosul iria acusar um extraordinário incremento. As exportações dos países membros para a sub-região subiram, de US\$ 1,9 bilhão em 1985 para US\$ 9,8 bilhões em 1993. Neste último ano Mercosul absorveu 43% das exportações uruguaias, 39.5% das paraguaias, 26% das argentinas e 14% das brasileiras. Mencione-se, a título de comparação, que as exportações brasileiras para a sub-região, em 1990, representaram apenas 4.2% do total.

O êxito de Mercosul é tanto mais notável quando se leve em conto o curto espaço de tempo no curso do qual esse mercado se consolidou, enquanto resultados equivalentes levaram muito mais tempo na Europa. Esse mesmo êxito está conduzindo a uma dupla ampliação de Mercosul. Ampliação no tocante à abrangência qualitativa do mercado, que conduziu, na recente visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Argentina, em abril de 1996, a acordos de cooperação nas técnicas espaciais e nucleares e a um aprofundamento da cooperação científico-tecnológica. E ampliação no tocante aos partícipes, com o anunciado ingresso do Chile e o provável futuro ingresso da Bolívia.

II. A PROBLEMÁTICA CONTEMPORÂNEA

Globalização

A unificação econômico-tecnológica do planeta está conduzindo a uma correspondente globalização. A tecnologia proporciona, atualmente, uma comunicação instantânea entre os países mais distantes, fazendo de sorte a que todos participem do cotidiano de todos, com os decorrentes efeitos de demonstração.

Esse mesmo processo de comunicação instantânea, apoiado por meios de transporte extremamente rápidos, conduziram a uma descentralização do processo produtivo, permitindo a otimização de facilidades locais. Assim, automóveis e outros itens complexos

da indústria contemporânea tem suas peças produzidas em diferentes sítios, para montagem final em também diferentes sítios. Concomitantemente, as grandes empresas se transnacionalizam. É interessante observar, no tocante a este processo, que as multinacionais se iniciaram como uma rede de filiais situadas em diversos países, para vantagens alfandegárias, a serviço de uma matriz que conservava suas características nacionais. A concorrência entre as grandes empresas forçou as multinacionais a se tornarem, efetivamente, transnacionais, cada agência, em seu respectivo país, buscando condições otimizantes de produção e comercialização, em concorrência umas com as outras, dentro da mesma transnacional.

Essa nova ordem de coisas conduziu a um revigoramento do liberalismo econômico, em detrimento das opções nacionalistas e autárquicas subseqüentes à crise dos anos 30, assim como em detrimento das experiências socializantes, de influência marxista ou não.

A globalização da economia nas condições precedentemente referidas, conduziu, por um lado, a um grande aumento de eficiência e de competitividade internacional. Mas também conduziu a efeitos que já se haviam feito sentir no liberalismo do século XIX: concentração da riqueza nos países e grupos de mais alta tecnologia, desemprego nas periferias, pela competição externa e nos países centrais, pelos deslocamentos tecnológicos. Diversamente do ocorrido no século XIX, em que o desemprego agrícola, gerado pela tecnificação da lavoura, foi em larga medida compensado pela expansão do emprego industrial (outra parcela conduzindo à emigração para as Américas), a criação de novos empregos decorrentes da expansão tecnológica se revela estruturalmente inferior ao desemprego que provoca, ademais de reduzir, particularmente, os postos de trabalho braçal ou de baixa tecnologia, tendo se reduzido substancialmente o espaço para a emigração.

Os efeitos negativos da globalização e da tecnologia contemporâneas não podem, uma vez mais diversamente do que

ocorreu na primeira metade do século XX, ser corrigidos por protecionismos autarquistas. Estes conduzem a formas crescentes de obsolescência econômico-tecnológica que resultam insuportáveis para os países que tentem essa via. Surge então o problema de como tirar proveito das condições decorrentes da globalização e da tecnificação em pagar um insuportável preço de desindustrialização e de desemprego.

Discurso e prática

A observação da conduta real dos países centrais, nas presentes condições do mundo, revela um intervalo significativo entre seu discurso e sua prática. O discurso é uniformemente liberal, senão neoliberal. Na prática, entretanto, que os Estados Unidos ou o Japão, quer os Europeus, adotam diversas limitações a uma irrestrita liberalização, através da imposição de sobretaxas aduaneiras a pretexto de um “damping” definido em função do próprio interesse nacional, ou mediante fortes subsídios, como na agricultura européia.

Na verdade, o efetivo regime que presentemente regula a economia mundial pode ser definido como o de um liberalismo pragmático. Liberalismo como base do sistema. Mas pragmatismo na seletiva introdução de diversas modalidades protetivas, como as precedentemente referidas.

Os países de menor desenvolvimento relativo necessitam adotar uma visão lúcida no seu relacionamento internacional. Um liberalismo integral, que nem os países centrais efetivamente praticam, tem inevitáveis efeitos desindustrializantes e desempregadores. Por outro lado, a preservação de projetos de autarquia nacionalista acarreta insustentáveis efeitos de obsolescência e de perda de competitividade.

O liberalismo pragmático, para tais países, consiste numa fina dosagem de liberalismo básico e de protecionismo seletivo, exercida em dois níveis. Trata-se, por um lado, de submeter à competitividade internacional o conjunto da economia, forçando-a, assim, a se modernizar e a elevar sua própria competitividade, notadamente nos

setores em que se disponha de condições mais favoráveis. Mas trata-se, também, de identificar aqueles setores que, em se lhes dando oportunidades e proteção, poderão, em prazos previsíveis, atingir satisfatórios níveis de competitividade.

Um segundo e distinto nível da questão se relaciona com uma complexa equação, a equação qualidade de vida versus competitividade. Por razões culturais e outras, determinados países conduzem às últimas conseqüências sua busca de suprema competitividade, relegando a plano secundário e à esfera privada, a questão da qualidade de vida. Outros países, diversamente, privilegiam, em suas políticas, um elevado patamar de qualidade de vida, buscando o mais alto nível de competitividade que tal opção lhes permita. Para fins de ilustração poder-se-ia mencionar a oposição entre o modo de vida japonês e o modo de vida italiano.

É evidente, em tal questão, que não há respostas abstratas possíveis. A equação qualidade de vida-competitividade tem de ser armada e resolvida por cada sociedade. Pode-se dizer, entretanto, que é lícito a um país, na medida em que disponha de condições para fazê-lo de forma não autodetrimental, defender sua qualidade de vida, relativamente as exportações de países que somente maximizem produtividade, através de um prudente protecionismo

Como fazê-lo de um modo geral? É aí que intervêm as condições que viabilizem a preservação de mais altos níveis de qualidade de vida através de protecionismos prudentes. Um dos requisitos para cada creio d'a dispor de massa crítica econômico-populacional, o que países isolados praticamente não podem mais alcançar. Chegamos, assim, a outro importante aspeto da economia contemporânea, que é a formação de grandes blocos.

Se considerarmos os três grandes blocos atuais e inserirmos as duas maiores economias do mundo, em termos de PIB e de valor de exportações, teremos o seguinte quadro:

APORTES PARA LA INTEGRACION LATINOAMERICANA

BLOCOS E GRANDES PAÍSES	PIB, 1994 US\$ BILHÕES	EXPORTAÇÕES 1993 US\$ BILHÕES
UNIÃO EUROPEIA	6.681	1.487 (39%)
ESTADOS UNIDOS	5.920	465 (12%)
NAFTA	6.810	628 (17%)
JAPÃO	3.671	340 (9%)
MERCOSUL	607	51 (1%)

Fonte: Projeto Mercosul, IEPES, 1995, pg.4

Dentro da massa crítica econômica e populacional de que dispõem, os grandes blocos podem, apesar de seu discurso irrestritamente liberal, adotar, prudentemente, o protecionismo seletivo que lhes convenha, o que efetivamente por eles tem sido feito. Há que levar em conta, assim mesmo, que as tendências evolutivas projetáveis para os próximos 25 anos indicam dramáticas modificações nas posições relativas da economia mundial. Essas modificações deverão conduzir para o topo da economia um grupo de países asiáticos, seis dos quais figurarão entre as dez maiores economias do mundo.

Estudo do Dr. Richard Halloran (*The Rising East, in Foreign Policy, p.3-21, N° 102, Spring 1996*) para o PIB das dez maiores economias mundiais, calculado em termos de Paridade de Poder Aquisitivo (Purchasing Power Parity) apresenta o seguinte quadro:

ORDEM 1995	PAÍS	US\$ MILHÕES 1995	US\$ MILHÕES 2020	ORDEM 2020
(1)	ESTADOS UNIDOS	6.910	13.470	(2)
(2)	CHINA	3.205	20.004	(1)
(3)	JAPÃO	2.525	5.052	(3)
(4)	ALEMANHA	1.380	-----	(7)
(5)	INDIA	1.320	4.802	(4)
(6)	FRANÇA	1.109	-----	(9)
(7)	BRASIL	910	-----	(10)
(8)	INDONÉSIA	600	4.157	(5)
(9)	CORÉIA DO SUL	547	3.412	(6)
(10)	TAILÂNDIA	382	-----	(8)

Esse resultado decorre de uma combinação de fatores entre os quais avultam, por um lado, a disciplina de trabalho, a alta taxa de poupança e a boa orientação macroeconômica das economias asiáticas. Por outro lado e em função das circunstâncias precedentemente referidas, tal resultado decorre da atratividade que tais economias apresentam para o capital estrangeiro. Conforme estimativas do Banco Mundial, citadas no referido trabalho de Halloran, os investimentos diretos na Ásia subiram de US\$ 1,3 bilhão em 1980 para US\$ 42,7 bilhões em 1994.

Os dados e as considerações precedentes permitem, agora, que se busque determinar a significação de Mercosul, no mundo e para seus partícipes e os requisitos de que depende a iniciativa para consolidar seus êxitos.

III. SIGNIFICAÇÃO E REQUISITOS

Exportações

Como se viu pelo quadro comparativo dos grandes blocos, Mercosul é, internacionalmente, um mini-macromercado. Seu PIB é pouco mais de 10% do das Estados Unidos e menos de 10% do da União Européia. Sua posição exportadora representa apenas 1% da mundial, contra os quase 40% da União Européia. Isto não obstante, Mercosul é extremamente significativo para seus membros.

No quadro a seguir apresenta-se a estimativa do crescimento das exportações dos quatro membros de Mercosul, com a taxa da parcela dirigida para o própria Mercosul, para o no 2000.

PAIS	CRESCIMENTO GERAL DAS EXPORTAÇÕES -%-	CRESCIMENTO PARA MERCOSUL -%-
ARGENTINA	214	636
BRASIL	274	483
PARAGUAI	445	427
URUGUAI	209	317

Fonte: elaboração própria

Como se observa por esse quadro, a taxa de crescimento das exportações dos membros de Mercosul, com exceção do caso do Paraguai, é significativamente maior para a própria sub-região do que para o conjunto do mundo. O grande importador de Mercosul é o Brasil, que responde pelo forte incremento das exportações argentinas. O próprio Brasil, todavia, se beneficia marcadamente do mercado do Sul, particularmente por suas exportações para a Argentina.

Tecnologia

Sem embargo da alta relevância de que se reveste Mercosul para o comércio internacional de seus membros, a área de cooperação científico-tecnológica é, provavelmente, a que irá proporcionar maiores para os países partícipes. Para se compreender a relevância da cooperação científico-tecnológica no âmbito de Mercosul importa levar em conta duas ordens de considerações. De um lado, há que ter em vista a óbvia predominância assumida pela ciência e pela tecnologia como fatores determinativos do desenvolvimento econômico-social nas condições contemporâneas e, mais ainda, nas que se descortina para o século entrante.

Tendo em vista essa predominância, a segunda consideração a levar em conta diz respeito ao fato de que, precisamente por causa de tal predominância, o recente desenvolvimento científico-tecnológico tem sido realizado sob a proteção de forte sigilo. A pesquisa de ponta se realiza menos nas grandes universidades, como ocorria em décadas passadas mas, cada vez mais, no restrito âmbito dos laboratórios das grandes transnacionais.

A partir do Renascimento e, notadamente, da Ilustração, desenvolveu-se a idéia de que o saber era algo de aberto à comunidade dos estudiosos. As grandes universidades européia e norte-americanas, detentoras da maior parcela do saber científico e de suas implicações tecnológicas, estavam abertas a todos os estudiosos qualificados para a compreensão desse saber. As Universidades de nossos dias continuam, felizmente, abertas à comunidade dos estudiosos. Mas o

saber de ponta está crescentemente, sendo desenvolvido no âmbito restrito e sigiloso dos laboratórios privados das grandes transnacionais, precisamente para habilitá-las ao imediato acesso às implicações tecnológicas da inovação científica e à decorrente utilização comercial prioritária de tais inovações.

Ante essas novas condições, os países que se situam em nível médio de capacitação científico-tecnológica, como Brasil e Argentina, tendem a ser cada vez mais compelidos a comprar seu desenvolvimento tecnológico das grandes transnacionais e depender dos países cêntricos para tais fins. Gera-se, com isto, um neocolonialismo científico-tecnológico que se substitui ao antigo colonialismo mercantil. Ademais da decorrente dependência econômica, essas novas condições conduzem à deliberada exclusão, para os países periféricos, dos setores tecnológicos em que os países centrais pretendem preservar condições monopolistas, como ocorre, entre outras, nas tecnologias especiais e nucleares.

Contendo, em conjunto, com mais de 40 mil cientistas e aplicando, correntemente, cerca de US\$ 4 bilhões por ano em pesquisa, Brasil e Argentina, em conjunto, dispõem de significativo potencial científico-tecnológico. Mercosul, promovendo a cooperação científico-tecnológica de seus membros, permite a obtenção de massa crítica em áreas do saber que não seriam alcançáveis, isoladamente, por tais países. É de registrar-se a relevância dos acordos recém-firmados pelo Brasil e pela Argentina, por ocasião da visita do Presidente Cardoso a Buenos Aires, em abril de 1996, em matéria de cooperação espacial e nuclear. Menciona-se o fato de que uma significativa elevação do patamar do "know how" científico-tecnológico, por parte dos membros de Mercosul, ademais das vantagens diretas que alcancem, lhes proporciona correspondente elevação de seu nível de negociação com os países centrais e as grandes transnacionais, rompendo as barreiras do sigilo na medida em que se vão tornando irrelevantes.

Espaço auto-regulatório

Como foi precedentemente observado os mega-mercados regionais ampliam, significativamente, a capacidade auto-regulatória de seus membros. Mencione-se, por exemplo, o caso do superprotecionismo agrícola de Europa, tão caro, particularmente, para um país como a França. É evidente que nenhum país europeu isoladamente, inclusive a França, poderia por em vigor esse protecionismo agrícola. No âmbito da União Européia, entretanto, tais países vêm demonstrando a capacidade de mantê-lo, a despeito de fortes pressões mundiais contra o mesmo.

Mercosul, como já se mencionou, é um mini-macromercado. Não dispõe, obviamente, da massa de ingresso e de população comparável à União Européia ou à NAFTA. Isto não obstante, como o revelam os dados de exportação, Mercosul, ainda que não excludentemente, é um âmbito perfeitamente apropriado para dar atendimento às necessidades básicas de seus membros, entre outras razões porque a significação internacional de cada um deles também ainda é modesta. Nessas condições, Mercosul se constitui no principal instrumento de que dispõem seus partícipes para exercer, prudentemente, um liberalismo pragmático, que preserve, dentro de apropriados limites de exequibilidade, seus desejados patamares de qualidade de vida e a futura expansão de setores ainda não internacionalmente competitivos, mas aptos a atingir tal competitividade dentro de prazos previsíveis.

Status internacional

As considerações precedentes permitem avaliar a significativa medida em que Mercosul eleva a capacidade de negociação internacional de seus membros. Pequenos países, como Paraguai e Uruguai, passam a ter o respaldo do relativamente grande Mercado do Sul. Mesmo o Brasil, com dimensões semicontinentais e um peso próprio econômico não desprezível, alcança, com Mercosul, uma relevância internacional mais do que proporcional à simples soma

aritmética dos recursos econômicos e das populações resultantes do Mercado do Sul. Graças a sua relevância internacional Mercosul está iniciando um proveitoso diálogo com a União Européia e com NAFTA, bem como com os países integrantes desses macro-mercados, ademais de com o Japão e outros países.

É matéria a ser objeto de cuidadosa análise a forma pela qual acordos de livre comércio com a U.E. e NAFTA sejam compatíveis com as vantagens decorrentes de uma tarifa externa comum em Mercosul. Essa matéria exige um complexo estudo econômico-fiscal que se situa fora de minha área de competência. Com essa ressalva, permitir-me-ia duas ordens de considerações. A primeira seria no sentido de sustentar a manutenção de preferência tarifária externa para os membros de Mercosul, sob pena de se eliminar uma das características básicas desse mercado comum. A segunda seria no sentido de privilegiar o relacionamento Mercosul-União Européia, relativamente a terceiros blocos.

Ultrapassaria a bitola deste breve estudo enumerar e justificar mais amplamente as razões preferência de Mercosul pela União Européia. Mencionarei apenas três aspectos que considero essenciais. O primeiro se refere ao fato de que a brecha econômico-tecnológica que separa Mercosul dos blocos e países de alto desenvolvimento é menor em relação à Europa de que em relação aos Estados Unidos. Um país como o Brasil, membro de Mercosul, para citar um exemplo, dispõe de condições econômico-tecnológicas iguais ou superiores às de vários países europeus. O relacionamento Mercosul-União Européia é, assim, mais equilibrado e menos assimétrico do que com os Estados Unidos, que são o núcleo de NAFTA.

O segundo aspecto a considerar é de caráter cultural. Tanto a América Latina como a Saxônica são filhas da Europa e continuadoras, em termos próprios, da cultura européia. A cultura européia, todavia, apresenta múltiplas diferenciações, em função dos países componentes e de outros fatores. Particularmente relevante é a diferenciação que distingue a cultura do que se pode denominar de

Europa Continental da cultura Anglo-Saxônica. Essa diferenciação se nota no tocante às duas Américas, sendo obviamente de caráter Saxônico a cultura norte-americana e de caráter Continental a latino-americana, particularmente com relação aos países de Mercosul.

Em terceiro lugar, “las but not least”, mencionaria a extrema importância de que se reveste o fato de a União Européia ser expressão de um conjunto de países, com diversos centros dinâmicos e interesses políticos diferenciados e, por isso mesmo, ser um sistema destituído de aspirações e possibilidades para o exercício de uma hegemonia mundial, enquanto, obviamente, NAFTA é uma designação que encobre um único centro dinâmico, os Estados Unidos, que são a única superpotência que se manteve depois do fim da guerra fria. É obvio, do ponto de vista de Mercosul e de seus países membros, que um estreito relacionamento com a União Européia não envolve os riscos de dependência que são inevitavelmente subjacentes em qualquer relacionamento com a remanescente superpotência.

Requisitos de êxito

Mercosul tem sido uma iniciativa extremamente exitosa, como precedentemente se observou. Esse êxito, entretanto, depende de que continuem sendo atendidos e venham a ser aprofundados os requisitos de que depende. Esses requisitos podem, *grosso modo*, ser diferenciados em duas categorias: as de caráter operacional e as de caráter institucional.

Operacionalmente, Mercosul necessita se revelar, não necessariamente no curto prazo, conveniente para todos os partícipes. É indispensável que resulte claro, para todos, que é melhor pertencer a Mercosul de que não pertencer. Isto significa que Mercosul deve ser um relevante espaço para as exportações de todos os membros, deve ser um importante instrumento para **joint ventures** e iniciativas de cooperação em diversas áreas, notadamente na científico-tecnológica.

É necessário ampliar e aprofundar a cooperação entre empresas e instituições de pesquisa e ensino. Na verdade, pouco se tem feito no campo da cooperação acadêmica. Instituições específicas, entre as quais me permitiria citar meu Instituto, o Instituto de Estudos Políticos e Sociais, mantêm estreita cooperação com outras instituições dos países membros. Essa cooperação, entretanto, ainda é muito insuficiente no que diz respeito a grandes universidades da sub-região.

Haveria, igualmente, que ampliar e aprofundar o conhecimento recíproco dos partícipes, através da mídia e do turismo. Necessitaríamos de importantes publicações periódicas que mantivessem o público dos quatro países reciprocamente informado.

Presentemente, entretanto, o maior déficit se faz sentir na dimensão institucional. Mercosul, como instituição, deliberadamente tem evitado a criação de órgãos transnacionais. Opera na base do continuado consenso das chancelarias, com uma secretaria meramente incumbida do arquivamento dos documentos coletivos.

Não pretendo, neste breve estudo, entrar no mérito da questão da constituição de autoridades transnacionais em Mercosul, a semelhança da prática adotada pela União Européia. Salientarei, apenas, indispensabilidade, a curto prazo, da necessidade de se constituir um sistema judiciário comunitário, para dirimir controvérsias transnacionais. Tais controvérsias são inevitáveis, a partir da expansão de empreendimentos multinacionais. Deixar que os foros nacionais intervenham em tais controvérsias é contrário à formação de uma comunidade econômico-tecnológica e destruiria Mercosul.

Minha segunda observação seria no sentido de se ampliar as atribuições da Secretaria de Mercosul, de sorte a compatibilizá-la com a rápida expansão do mercado comum e a crescente massa de deliberações mandatárias já adotadas e que virão a ser adotadas no futuro próximo.

Concluo estas breves considerações salientando, por um lado, o excepcional êxito já atingido por Mercosul, desde 1º de janeiro de 1995 e, por outro, minha convicção de que Mercosul é o mais importante instrumento internacional e que dispõem os países partícipes, graças ao qual estão logrando melhor e mais significativa inserção no atual sistema internacional.